

Apeminas ajuíza ação visando ao 'Teto 100'



Decisão do STF na ADI 6171, transitada em julgado em outubro de 2020, estabelece que o teto remuneratório dos procuradores do Estado deve ser o mesmo do subsídio dos ministros.

Amparada pela decisão da maioria dos participantes da Assembleia Geral Ordinária, realizada no dia 13 de maio de 2022, a Apeminas ajuizou ação contra o Estado de Minas Gerais, no último dia 7 de fevereiro, visando a garantir aos seus associados o teto remuneratório equivalente ao subsídio pago aos ministros do STF, na forma estabelecida pelo art. 37, XI, da Constituição da República.

O número do processo é 5024465-73.2023.8.13.0024 e tramita na 3ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias da Comarca de Belo Horizonte. Para a prestação dos serviços jurídicos, foi contratado o escritório Carvalho Pereira Fortini Advogados.

Segundo explica a presidente da Apeminas, Célia Cunha Mello, “a judicialização foi o caminho possível, após o exaurimento de todas as tentativas de resolução na via administrativa, sem êxito. Mas a Apeminas continua aberta à consensualidade, a uma composição amigável, apesar de o Estado estar demonstrando dificuldade de aplicar o chamado Teto 100”.

■ BREVE HISTÓRICO

Após decisão do STF na [ADI 6171](#) (já transitada em julgado, em 26 de outubro de 2020, que tratou sobre a fixação do teto e criação de fundo de honorários para os procuradores do Estado de Minas Gerais), a AGE-MG emitiu parecer ([Número: 16.329](#), de 23 de abril de 2021), dando segurança ao governo estadual de que a remuneração dos procuradores do Estado deveria observar o teto dos ministros do STF.

Depois do parecer, tentando aplicar o entendimento do STF, a Apeminas buscou, de forma exaustiva, resolver a questão na

via administrativa, dada a segurança e juridicidade da demanda. Inclusive, pleiteou, por ofício, em junho e agosto de 2021, junto a AGE-MG, que os vencimentos dos procuradores do Estado tivessem como referência a remuneração dos ministros do STF, paradigma de teto que deveria ser aplicado em decorrência do julgamento da ADI 6171.

■ ACORDO

“Por questões alheias à nossa governança, a solução não se consumou na via administrativa. Ainda nessa perspectiva, de adoção do viés conciliatório, em 10 de novembro de 2022, a Apeminas recorreu à Câmara de Prevenção e Resolução Administrativa de Conflitos (CPRAC) da AGE-MG, por meio da qual foi estabelecido um acordo, que não teve o efeito prático imediato desejado”, explica Célia.

Segundo ela, “como alternativa última, mas, mantendo aberta a via conciliatória, a Apeminas judicializou a demanda, confiando que o Judiciário vai aplicar o 'Teto 100' a todos os procuradores do Estado de Minas Gerais, por ser uma questão já definida pelo Supremo, com parecer da própria AGE-MG e respaldada por sua 'Câmara de Conciliação'. Em breve, teremos essa questão solucionada”, projeta.

■ LIMITE

Célia chama atenção para a importância de esclarecer que o estabelecimento do teto não é um aumento remuneratório. “É o limite máximo de remuneração/proventos que o procurador do Estado pode receber, na atividade ou inatividade. Por decisão do STF, o nosso teto é o subsídio afeto aos ministros do próprio STF”.

■ MEDALHA DO MÉRITO

Secretário-geral do Estado e chefe da Polícia Civil são agraciados



O chefe da Polícia Civil, Joaquim Francisco Neto e Silva, e o secretário-geral do Estado, Marcel Dornas Beghini, foram recepcionados por Fábio Murilo Nazar, pelo diretor-geral Fernando Xavier dos Santos, por Ana Paula Muggler Rodarte, Sérgio Pessoa de Paula Castro, Célia Cunha Mello e Wallace Alves dos Santos.

Na última sexta-feira (3), a presidente da Apeminas, Célia Cunha Mello, participou da cerimônia de entrega da Medalha do Mérito da Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais (AGE-MG), realizada na sede do órgão, em Belo Horizonte. A homenagem foi conduzida pelo advogado-geral Sérgio Pessoa de Paula Castro, contando com a presença do advogado-geral adjunto para o Consultivo, Wallace Alves dos Santos; o advogado-geral adjunto para o Contencioso, Fábio

Murilo Nazar; a chefe de Gabinete, procuradora do Estado Ana Paula Muggler Rodarte; e o diretor-geral da AGE, Fernando Xavier dos Santos.

Joaquim Francisco Neto e Silva e Marcel Dornas Beghini receberam a medalha referente ao ano de 2022 somente neste ano, pois não puderam participar da solenidade de entrega da honraria, realizada em 14 de dezembro do ano passado.

Naquela ocasião, foram agraciados o presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), desembargador José Arthur de Carvalho Pereira Filho; o conselheiro corregedor do Tribunal de Contas do Estado (TCE), Durval Ângelo Andrade; o procurador-geral de Justiça adjunto institucional, Carlos André Mariani Bittencourt; o procurador da República Carlos Bruno Ferreira da Silva; a defensora pública-geral, Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias; o procurador do Estado Mário Eduardo Guimarães Nepomuceno Júnior; e o servidor da AGE-MG Silvano Amâncio Braga.

■ TCEMG

Apeminas prestigia posse de Agostinho Patrus



Célia Cunha Mello representou a Apeminas na solenidade de posse do ex-deputado estadual, Agostinho Patrus, como conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG), na manhã do dia 2 de fevereiro, em cerimônia realizada no auditório Vivaldi Moreira, na sede da Corte de Contas. Patrus ocupa a vaga deixada pelo conselheiro Sebastião Helvecio, que se aposentou em 2021.

O evento contou com a presença de

diversas autoridades, entre elas, o advogado-geral Sérgio Pessoa de Paula Castro. Tomaram assento na Mesa de Honra o presidente do TCEMG, Mauri Torres; o vice-governador do Estado Mateus Simões; o conselheiro empossado, Agostinho Patrus; o presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Tadeu Martins; o presidente do TJMG, desembargador José Arthur Filho; o vice-presidente e corregedor Regional da Justiça Federal da 6ª Região, desembargador Vallisney de Souza Oliveira; o ministro do Tribunal de Contas da União, Antonio Anastasia; o procurador geral de Justiça do Estado, Jarbas Soares Júnior; a defensora pública-geral de Minas Gerais, Raquel Costa Dias; o subprocurador do Ministério Público de Contas, Daniel Magalhães e o prefeito de Belo Horizonte, Fuad Noman.

Ex-parlamentar assume como conselheiro da Corte de Contas de Minas Gerais.

■ ANAPE

Conselho Deliberativo debate sobre projetos legislativos



No dia 31 de janeiro, o Conselho Deliberativo da Anape reuniu-se em Salvador (BA), contando com a presença da

presidente da Apeminas, Célia Cunha Mello, e do membro nato do Conselho Consultivo da associação mineira, Ivan Ludovice Cunha, 1º vice-presidente da Anape. Entre os temas tratados, destaque para perspectivas e projetos legislativos ao longo de 2023, questões sobre inadimplência de associados e programação social da Anape. No mesmo dia, foi realizada a reunião do Colégio de Presidentes, durante a Assembleia Geral Extraordinária da instituição.

Newsletter

APE NEWS

Facebook > facebook.com/apeminas Twitter > twitter.com/apeminas
Instagram > instagram.com/apeminas LinkedIn > linkedin.com/company/apeminas

Rua Espírito Santo, 466/sala 1506 – Centro – CEP: 30160-916 – BH / MG
Tel: (31) 3261-3532 - acs.apeminas@gmail.com – www.apeminas.org.br

> Produção Editorial: Mombak Comunicação Estratégica
> Jornalista responsável: Marli Assis – MTB 5.571-JP
> Redação: Andrea Rocha
> Projeto Grá co: Alice Crepaldi